

O GÉNERO COMO SISTEMA DE PODER E PERFORMATIVIDADE IDENTITÁRIA NO CONTEXTO EPISTEMOLÓGICO DOS ESTUDOS CULTURAIS

Sara Vidal Maia¹

546 |

RESUMO

Este ensaio pretende demonstrar o lugar dos Estudos de Género dentro dos Estudos Culturais, refletindo sobre a sua evolução epistemológica. Para além de reconhecer os benefícios do contexto multidisciplinar oferecido pelos Estudos Culturais, este ensaio identifica os conceitos-chave – poder e identidade – que se encontram intimamente ligados ao género e ao seu estudo. O conceito de poder – aliado às práticas discursivas que implicam momentos profundamente ideológicos/hegemónicos, mas também de resistência – torna-se basilar no entendimento do género. No mesmo sentido, o género encontra-se intimamente ligado com o conceito de identidade que, envolvido em relações de poder, segue agora o caminho da performatividade.

PALAVRAS-CHAVE

Estudos Culturais; Estudos de Género; Poder; Identidade; Resistência

Os Estudos Culturais são uma área interdisciplinar de estudos em torno da Cultura e de todos os elementos que, direta ou indiretamente, a constituem, valorizam ou discutem. A riqueza dos Estudos Culturais persiste na sua capacidade de encontrar um entendimento entre diversas áreas de investigação e confrontá-las de forma a compreender aspetos da realidade social, encontrando caminhos, soluções e explicações socioculturais para muitos aspetos da vida quotidiana. Basta para isso identificar aquele que nos parece ser o evento ou facto-chave, questionar a sua origem, o seu estado e a sua possível evolução, para que este possa ser confrontado com as teorias sociais e culturais contemporâneas que a ele se aplicam. Portanto, os Estudos Culturais respiram investigação-ação e exigem a valorização dos sujeitos e das suas práticas, ao fornecerem as ferramentas necessárias para que possamos examinar, interpretar e criticar qualquer texto, instituição ou prática cultural (Kellner, 2003) dentro do sistema de relações sociais onde estes são consumidos e (re)produzidos.

Com base nas afirmações anteriores, os Estudos de Género encontram nos Estudos Culturais uma força teórico-prática manifestamente vigorosa, na medida em que não só existe um foco no sujeito humano e nas suas experiências, como habitualmente são desvendadas as problemáticas daqueles que não têm uma voz. Torna-se então possível incluir os Estudos de Género na política dos Estudos Culturais, que se foca cada vez mais nos novos movimentos sociais de representação de género, racial e de classe (Bounds, 1999; Kellner, 2003). Os Estudos Culturais desenvolvem assim um programa multidisciplinar que procura analisar como os movimentos socioculturais podem reproduzir certas formas de sexismo, racismo e subordinação, mas como podem igualmente intervir, de forma a marcar a diferença dentro de de-

¹ Doutoranda em Estudos Culturais, UA/UM; Mestre em Gestão e Planeamento em Turismo pela UA; Licenciada em História da Arte pela UC; Bolseira de doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no domínio das Ciências da Comunicação e Informação (financiamento POPH/FSE); Investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da UM; Membro do GT Género e Sexualidades da SOPCOM (saravmaia@ua.pt).

terminados grupos sociais. Neste sentido, os Estudos de Género passam a ser uma área de estudo inserida no amplo âmbito académico dos Estudos Culturais, que, em articulação com outras áreas disciplinares, ganham dinamismo científico para intervir e solucionar as crises e os acontecimentos quotidianos.

Os Estudos Culturais identificam quais as áreas disciplinares que se podem interrelacionar, com o objetivo de encontrar soluções para as problemáticas encontradas, proporcionando diálogos dentro das teorias modernas e pós-modernas, e a ação política. Para que tal aconteça com sucesso, o investigador tem um papel fundamental na determinação do estudo, pois é ele o sujeito que constrói a investigação e todos os passos que a constituem, sendo valorizada tanto a sua idoneidade científica, como o seu carácter subjetivo. Portanto, cabe ao investigador identificar a problemática, colocar uma questão (o que não implica necessariamente uma pergunta) e estabelecer objetivos que irão direcionar o estudo. Posteriormente, é necessário encontrar auxílio na revisão bibliográfica (que pode abranger um leque de teorias multidisciplinares, desde que envolvam o âmbito da investigação), de forma a fomentar o diálogo entre a teoria e a prática que envolvem a problemática identificada. Só através deste processo é possível, no âmbito dos Estudos Culturais, encontrar respostas ou soluções (tanto teóricas como práticas) e levantar a cortina para novas oportunidades de investigação. Este processo científico pode auxiliar na resolução de diversos estudos, das mais variadas vertentes socioculturais, tais como da História, da Filosofia, da Antropologia, da Sociologia, da Linguística, da Literatura e das Ciências da Comunicação, sendo benéfico particularmente para os Estudos de Género.

Na década de 1980 (que se encontra inserida na “fase de internacionalização” dos Estudos Culturais), os Estudos de Género passam a ser centrais para os Estudos Culturais, tanto do ponto de vista científico e epistemológico, como do ponto de vista académico (Baptista, 2014). É neste ponto de viragem que começam a ser identificados casos, acontecimentos, momentos e transformações que englobam o conceito de “género”, bem como outros conceitos que são reconhecidos como recorrentes e determinantes na área dos Estudos de Género. Destes conceitos, destacamos os conceitos de “poder” e de “identidade” que – sob a alçada dos Estudos Culturais –, frequentemente, se encontram no caminho da discussão sobre o género.

É então com o advento da década de 1980 que os Estudos Culturais passam também a interrelacionar o sociocultural com questões de poder, com o objetivo de pensar a produção e a organização de sentido das relações e ações humanas. Para Johnson (1999:51) “os Estudos Culturais estão necessariamente e profundamente implicados em relações de poder”, particularmente aquelas enraizadas nas microestruturas sociais que incluem género, raça, classe e crenças. É este interesse no micropoder e nas práticas minoritárias que acaba por dar voz às diferentes modalidades de resistência e de ideologia. Se, por um lado, é fundamental compreender o conceito de “ideologia” e as suas práticas capazes de reproduzir relações sociais de dominação e subordinação (poder hegemónico), por outro lado é também importante entender que estas despertam as forças resistentes dos oprimidos.

O poder hegemónico, que foi inicialmente teorizado por António Gramsci (2006) para designar a dominação ideológica de uma classe social sobre outra, ganha uma nova articulação produtiva dentro da prática dos Estudos Culturais. Embora numa relação hegemónica haja sempre um grupo que dirige, esta relação passa a ser entendida não apenas como uma

questão de repressão de um grupo dominador sobre outro dominado, pois é necessário ter em consideração os interesses de ambos os grupos para que se inicie uma relação de compromisso. Isto implica que o grupo que exerce o domínio reúna um conjunto de elementos morais, práticos, intelectuais, propagandísticos e simbólicos capazes de orientar o grupo dominado, não aplicando força repressora e proibitiva diretas. Ora, este novo entendimento do poder hegemónico vai auxiliar os Estudos Culturais numa outra leitura das práticas socioculturais, particularmente no caso dos Estudos de Género. Importa perceber como pode este poder hegemónico ser produtivo, particularmente nas questões de género.

Segundo Gramsci (2006), a supremacia de um determinado grupo manifesta-se através da dominação e da liderança intelectual/moral. Não se trata propriamente de ver a hegemonia como uma questão de subordinação repressiva do grupo hegemónico, ou, no caso do género, de ver, por exemplo, a mulher como forçadamente (no verdadeiro sentido do conceito de força ou violência física) sujeita ao poder masculino. Para o autor, é necessário que se levem em conta os interesses de ambos os grupos sobre os quais é exercido o poder hegemónico. No que diz respeito à liderança intelectual/moral, o grupo que exerce o domínio reúne à sua volta um conjunto de elementos capazes de dirigir e orientar o grupo dominado, sem com isso aplicar força repressora.

A forma que o grupo dominante encontra de manter o monopólio intelectual e moral sobre o grupo dominado prende-se com a construção do que Gramsci (1996) apelidou de “bloco ideológico”. Trata-se de reconhecer o poder ideológico que instituições como a Escola, a Família, a Igreja, os meios de comunicação, os eventos culturais, os partidos políticos e ainda simples estereótipos exercem na construção e manutenção do poder hegemónico. De facto, é possível perceber que dificilmente um grupo consegue exercer poder sem ao mesmo tempo exercer a sua hegemonia através de um aparato ideológico (Althusser, 2006), e isto aplica-se do ponto de vista do género. Naturalmente que a hegemonia vai contribuir para a edificação e subsistência dos discursos e da(s) identidade(s) de género porque, tal como indica Bourdieu (1980:67), admitimos que “(...) todo o discurso sobre a identidade (...) revela o campo de uma luta simbólica, onde o que se decide é quem tem o poder de definir a identidade e o poder de fazer conhecer e reconhecer a identidade definida”.

Embora o poder resida, tradicionalmente, nas relações económicas e de Estado, os Estudos Culturais vêm transformar e adaptar essa tendência, incluindo uma consciência socio-cultural e tratando o poder como um assunto de linguagem ou discurso, o que parece ser mais sensato nos dias atuais. Os Estudos Culturais podem ser vistos “como uma formação discursiva no sentido foucaultiano” (Costa *et al*, 2003:41), pois consideram as práticas culturais (ou discursivas) como fundamentais na construção da realidade que habitamos; realidade esta que se constrói e transforma através de formas discursivas e não-discursivas que regulam aquilo que pode ser dito (e por quem) sob determinado contexto sociocultural, remetendo para questões de poder (Barker, 2000).

Para Foucault (2006) o poder é distribuído pelas relações sociais e multiplica-se nos discursos e instituições, não se tratando apenas de um mecanismo negativo de controlo dos sujeitos. Instituições como o Estado, a Escola, a Família, a Igreja e os *Media* potenciam a circulação de discursos de poder e de representação da sociedade, e têm-se mostrado essenciais na construção identitária dos sujeitos, particularmente ao nível da estruturação da sua identidade de género. De facto, nos dias de hoje, as questões de poder prendem-se com as

questões de identidade, sobretudo quando a identidade é vista como uma problemática que é criada, individual ou coletivamente, sob pressões sociais (Hall & Gay, 1996).

Ao falarmos de poder, de ideologia/hegemonia e da prática discursiva envolvente, é indispensável referir não apenas as relações de domínio que se estabelecem (sejam elas produtivas ou coercivas), mas também as possibilidades de resistência que florescem. Segundo Bourdieu (1999:5) todos os sujeitos estão submetidos a “estruturas históricas de ordem masculina”, pelo que se arriscam “(...)a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produtos de dominação”. Contudo, esta realidade possibilita igualmente pontos de fuga a estas estruturas discursivas dominantes, criando elementos de resistência que podem passar por transformações identitárias.

É também na década de 1980 que os Estudos Culturais aprofundam as teorias sobre a construção da identidade, centradas agora na ideia de que o sujeito passa a ter “várias identidades (trans)formadas continuamente em relação ao modo como é representado ou interpelado pelos sistemas culturais ao redor (...)” (Hennigen & Guareschi, 2002:49). Segundo Kellner (1997), é com a Modernidade que a identidade segue por caminhos autorreflexivos suscetíveis à mudança, à multiplicação e à inovação, e com a Pós-Modernidade que ela vai ficando cada vez mais instável e frágil, como resultado das novas conceções e interpretações antropológicas e sociológicas.

No âmbito dos Estudos Culturais, a identidade é envolvida no lugar da partilha cultural, o que leva Hartley (2004:210) a afirmar que a identidade assenta em “características partilhadas, que são mais culturais do que naturais/biológicas”. Isto implica que a identidade esteja envolvida nas relações que estabelecemos com o Outro e na forma como nos dirigimos aos Outros ou (n)os representamos (Hall, 1992), criando dinâmicas de adaptação e de resistência. Ou seja, a identidade é construída dentro da representação ou das construções discursivas que circulam na sociedade e que advêm das relações que os sujeitos estabelecem entre si, o que pode significar, por um lado, uma multiplicidade de identidades disponibilizadas pela realidade social, mas, por outro, uma prisão estereotipada de modelos identitários cíclicos, pré-fabricados e prontos para serem aplicados de acordo com determinadas características dos sujeitos. Esta realidade é frequentemente aplicada em relação ao género, onde “identidades prontas”² – existentes nos canais sociais, principalmente nos mediáticos – estão disponíveis para serem aplicadas de acordo com os comportamentos, as atitudes e os hábitos (femininos ou masculinos) dos sujeitos.

De facto, até meados do século XX a identidade de género era associada a aceitação e a imposição sociocultural, e a sua complexidade não era questionada. Todavia, o panorama sofre uma alteração quando os investigadores sociais começam a reconhecer que não existe um modelo cultural único de género, mas antes uma multiplicidade de discursos sobre o género (Moore, 2000). É neste ponto de viragem que obras como *O segundo sexo*³, da escritora e filósofa francesa Simone de Beauvoir (1977^a; 1977^b), abrem o caminho para a discussão feminista sobre os papéis de género e, conseqüentemente, sobre a identidade de género numa rede social de relações de poder (depois de se reconhecer que as diferenças biológicas do sexo não são fixas). Neste sentido, as questões colocadas a partir dos Estudos Culturais

² Tradução direta de *ready-made identities* (Damean, 2006).

³ *Le Deuxième Sexe* (publicado em 1949 e distribuído por dois volumes) fica conhecido como o ensaio filosófico que analisa profundamente o papel das mulheres na sociedade.

encaminham os Estudos de Género pela investigação dos sistemas de poder que produzem o masculino e o feminino tal como são reconhecidos. Em suma, a “rigidez” social e simbólica do género começa a diluir-se quando se questiona a verdadeira “natureza” do género. É neste momento que “identidades prontas” dão lugar a “perfis identitários” que apresentam fronteiras mais diluídas, capazes de aceitar a diferença e mais suscetíveis à resistência.

550 | Com a entrada no século XXI, as questões de género – associadas às relações de poder e à construção da identidade – passam a ser mais discutidas no âmbito dos Estudos Culturais, não só como representação, mas também como construção social, discursiva e até ideológica. É neste contexto que o trabalho desenvolvido pelo movimento feminista nas décadas anteriores vai sofrer uma reestruturação epistemológica, dando lugar a uma nova leitura do género e da sexualidade (pensados a partir de um outro lugar que não a natureza). Nesta linha de pensamento, a autora que mais se destaca é Judith Butler (1990;2004) por trazer à discussão a possibilidade de pensar a realidade sociocultural como lugar onde o género e a sexualidade deixam de ser definidos pela natureza e passam a ser interpretados como “performatividade”. A noção de “performatividade” de género afasta a rigidez das estruturas discursivas que teimam em encaixar cada género em determinados limites comportamentais e atitudinais, e agiliza o processo de adaptação dos sujeitos em “novas” formas de género (que não são propriamente recentes, mas como as normas que regem a realidade não as admitem é preciso considerá-las como “novas” formas de género). Ou seja, para a autora, o caminho do género passa pelo “respeito pelos corpos”, que devem ser livres do discurso que os constitui (isto porque os corpos/sexos não são naturais, mas sim discursivos).

Esta posição de Judith Butler em relação aos Estudos de Género passa a ser generalizada dentro dos Estudos Culturais (e apoiada por outros grandes nomes teóricos da área como, por exemplo, Allison Weir, Luce Irigaray e Rosi Braidotti), evoluindo na linha do pensamento pós-estruturalista e dando lugar àquilo que se entende por Pós-Feminismo. Atualmente, apesar de se reconhecer a importância do movimento feminista inicial (tanto nos campos epistemológico e ontológico, como na prática política), torna-se indispensável valorizar um lugar onde o sujeito é classificado como ser humano, antes de ser pensado como homem ou mulher. Esta é a verdadeira essência do Pós-Feminismo. Contudo, é fundamental entender que, para levar a cabo interpretações do mundo sociocultural (tanto ao nível do real, como do simbólico e do imaginário), a investigação tem de se adaptar frequentemente ao contexto espaço-temporal, posicionando-se (sempre que necessário) entre o Feminismo, o Antifeminismo e o Pós-Feminismo.

Em jeito de síntese, o problema da sociedade reside justamente no facto de ser pensada em termos de sexualidade (ou da “guerra dos sexos”), onde esta é pensada de e para o Outro, antes de ser construída de e para si, acontecendo o mesmo, inevitavelmente, em relação ao género. Quer isto dizer que os discursos de género estão repletos de construções (normas) estereotipadas sobre os sexos, o que facilmente provoca relações hegemónicas entre sujeitos-dominadores e sujeitos-dominados, criando complexas teias de poder que marcam e limitam fortemente a identidade dos sujeitos. Os Estudos de Género, articulados com os Estudos Culturais, identificam e denunciam esta normatividade, e anunciam formas de resistência. A “performatividade” de género apresenta-se como uma forma de resistência a este panorama, abrindo as portas para novas modalidades de realidade através da incorporação. Segundo Butler (1993;2004), devemos pensar o corpo como um processo de trans-

formação que transcende e (re)constrói a norma, e que mostra que a realidade existente não é permanente. Ou seja, este é o momento para refletir, que se o mundo existe e é pensado de uma determinada maneira, é possível criá-lo e repensá-lo de outra.

Referências Bibliográficas

- Althusser, L. (2006). "Ideology and ideological state. Apparatuses (notes towards an investigation)", in Durham, M. & Kellner, D. (2006), *Media and cultural studies: keywords.*, Malden (MA): Blackwell Publishing: 79-143
- Baptista, M. (2014). "Gênero, Feminismo e Pós-feminismo", in Lima, J. et al (coord.), *A Multiplicidade da(s) Violências(s) – Um Real Bem Feminino*. Aveiro: MDM – Movimento: 15-20
- Barker, C. (2000). *Cultural Studies: Theory and Practice*. London: Sage
- Beauvoir, S. (1977^a). *Le deuxième sexe. Les faits et les mythes*, vol.1. Col. Idées. Paris: Éditions Gallimard
- Beauvoir, S. (1977^b). *Le Deuxième Sexe. L'expérience vécue*, vol.2. Col. Idées. Paris: Éditions Gallimard
- Bounds, P. (1999). *Cultural Studies: A student's guide to culture, politics and society*. Plymouth: Studymates
- Bourdieu, P. (1980). "L'identité et la représentation. Eléments pour une réflexion critique sur l'idée de région", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n^o35, Paris : 63-72
- Bourdieu, P. (1999). *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta Editora
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Col. Thinking Gender. New York: Routledge
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Col. Gender studies, Philosophy. New York: Routledge
- Costa, M. et al (2003). "Estudos culturais, educação e pedagogia", in *Revista Brasileira de Educação*, 23: 36-61, Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e Editora Autores Associados
- Damean, D. (2006). "Media and gender: constructing feminine identities in a postmodern culture", in *JSRI*, n^o 14-Summer: 89-94
- Foucault, M. (2006). *Estratégia, poder-saber*. Organização de Manoel Motta. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária
- Gramsci, A. (1996). *Cartas do cárcere*. Col. Perspetivas do homem, 13. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- Gramsci, A. (2006). "(i)History of the subaltern classes; (ii) The concept of 'Ideology'; (iii) Cultural themes: ideological material", in Durham, M. & Kellner, D. (2006), *Media and cultural studies: keywords.*, Malden (MA): Blackwell Publishing: 14-78
- Hall, S. & Gay, P. (1996). *Questions of Cultural Identity*. London: Sage
- Hall, S. (1992). "The Question of Cultural Identity", in Hall, S. et al (eds), *Modernity and Its Futures*. Cambridge: Polity Press, 272-327
- Hartley, J. (2004). *Communication, cultural and media studies: the key concepts*. London: Routledge
- Hennigen, I. & Guareschi, N. (2002). "A paternidade na contemporaneidade: um estudo de mídia sob a perspectiva dos Estudos Culturais", in *Psicologia & Sociedade*, 14 (1): 44-68
- Johnson, R. (1999). "O que é, afinal, Estudos Culturais", in Johnson, R. et al, *O que é, afinal, Estudos Culturais?*. Belo Horizonte: Autêntica, 7-131
- Kellner, D. (1997). *Cultural studies, identity and politics between the modern and the postmodern*. London: Routledge
- Kellner, D. (2003). "Cultural Studies, Multiculturalism, and Media Culture", in Dines, G. & Humez, J. (eds), *Gender, Race, and Class in Media: a text-reader*, 2ed. London: Sage, 9-20
- Moore, H. (2000). "Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência", in *Cadernos Pagu* (14): 13-44